

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

*A População Carcerária
Tupaciguarense :
Discriminação e Preconceito*

1.554

S.9
C

COCH/UFU
Correspondência Recebida
em 02/07/04
Jatata

*Regina Aparecida dos Santos
Universidade Federal de Uberlândia
Junho/2001*

REGINA APARECIDA DOS SANTOS

**A POPULAÇÃO CARCERÁRIA TUPACIGUARENSE:
DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO**

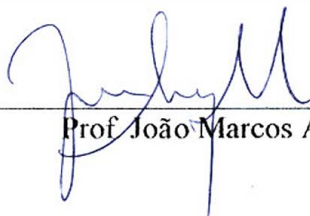
Monografia apresentada como requisito parcial para graduação em História, sob orientação da Professora Dra. Christina da Silva Roquette Lopreato, do Instituto de História/UFU.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
JUNHO/2001**

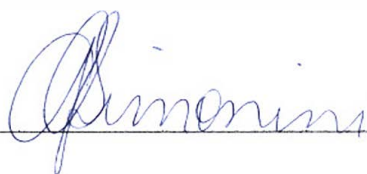
BANCA EXAMINADORA



Prof^a Dra. Christina da S. R. Lopreato



Prof. João Marcos Alem



Agradecimentos

A Deus

"Quem me deu o dom da vida, me presenteou com a liberdade, me abençoou com a inteligência, me deu a graça de lutar para a conquista das minhas realizações, cabe o louvor e a glória, a mim só cabe agradecer."

Aos meus Pais

De vocês recebi a vida. Já por isso seria grata, mas vocês abriram ainda as portas do meu futuro, iluminando o meu caminho com a luz mais brilhante que puderam encontrar: o estudo.

Hoje, procuro entre palavras aquela que gostaria que seus corações ouvissem do meu, e só encontro uma, simples e sincera: obrigada.

Aos Professores

Meu carinho e gratidão a todos os professores pela dedicação de vocês. Em especial à Christina, pelos conselhos e apoio em minhas dificuldades.

Agradeço ainda ao Delegado de Tupaciguara, Bel. Samuel Barreto de Souza, por tão atenciosamente me atender, permitindo-me prosseguir em minhas pesquisas.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1 – O Perfil dos Presos	05
1.1 – A Cadeia de Tupaciguara	06
1.2 – Os Presos	10
Capítulo 2 – O cotidiano da prisão.....	14
As Entrevistas	15
Considerações Finais	28
Referências Bibliográficas	31
Anexos	33
Caderno Iconográfico	37

Introdução

“Megarrebelião de presos em São Paulo é mais um sinal de alerta emitido por um sistema falido e perigoso.” (*Veja*, 28 de Fevereiro, 2001)

“Após 32 horas, acaba rebelião em presídio no PR.”
(Jornal *O Estado de São Paulo*, 7 de Junho de 2000 –
Cidades)

Foram notícias como essas, que aparecem constantemente em noticiários, jornais e revistas, que despertou meu interesse em conhecer a realidade carcerária tupaciguarense, cidade onde moro desde os dois anos de idade. A partir desse interesse, foram surgindo indagações e respostas resultando, por fim, este trabalho.

Ao escolher como objeto de pesquisa a prisão, procurei também repostas sobre o tratamento dado aos presos, que sabemos viverem em condições sub-humanas por todo país. Busquei, então, livros e artigos sobre o tema, com o firme propósito de ampliar minha compreensão sobre a vida de uma pessoa dentro de uma cela, vendo-se obrigada a dividir espaço mínimo com pessoas estranhas. Seria a prisão, em grandes cidades do Brasil e também em pequenas cidades como Tupaciguara – objetivo específico deste trabalho – um mero “depósito” de pessoas transgressoras da lei, ou seria talvez o modo ideal de punir e recuperar essas pessoas? Contudo, permanecia uma questão: Quais os sentidos específicos que a condição “preso” assume numa cidade do interior, como Tupaciguara, bem como em todo país?

Segundo Miotto (1983: 18), *“a comunidade não preparada ou mal informada, receará a presença do preso no seu seio, e se manifestará não receptiva e até hostil, rejeitando-o.”*

Assim, o objetivo deste trabalho é entender como é a vida do preso, seu dia-a-dia, seus problemas, e, investigar se o indivíduo é realmente alvo de preconceito pela população tupaciguarense. Pretendo abordar se a punição com prisão seria a melhor forma de corrigir e recuperar o indivíduo, ou seria apenas uma forma de afastar os ditos “bandidos” dos demais cidadãos.

Além da revisão bibliográfica, com a qual pude fazer um estudo histórico sobre a prisão no Brasil e no mundo, outras fontes deste trabalho, além de artigos de revistas e jornais, são entrevistas informais que realizei com os presos da cadeia pública de Tupaciguara e com pessoas da comunidade.

Uma autora de grande ajuda no meu trabalho foi Armida Bergamini Miotto¹, que, sob a ótica do Direito Penal, discute a vida nas prisões e seus problemas, bem como a participação da comunidade na recuperação do preso. Outra importante referência foi a obra *Mundo do Crime: A ordem pelo avesso*, do sociólogo José Ricardo Ramalho, que mostra o crime pela visão do criminoso. O autor aborda a vida do preso, suas relações com família, funcionários da prisão e companheiros de cela. O médico Dráuzio Varella em *Estação Carandiru* também discorre sobre o tema relatando suas experiências e histórias ouvidas durante os anos em que trabalhou no maior presídio do país e da América Latina: a Casa de Detenção de São Paulo.

Além desses autores, vários outros contribuíram para um maior entendimento do assunto. Michel Foucault², mostra em seu estudo a evolução histórica da legislação penal e como eram os métodos punitivos. Erving Goffman³ faz um levantamento crítico da vida em instituições fechadas e como isso atua sobre o indivíduo. Fernando Salla⁴, por sua vez,

¹ MIOTTO, Armida Bergamini. *A Violência nas Prisões*. Goiânia: Univ. Fed. de Goiás, 1983.

² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

³ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

⁴ SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999.

analisa a formação das prisões no Brasil nos séculos XIX e XX – e como a sociedade encara este problema.

O trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro refere-se basicamente à cadeia de Tupaciguara, sua localização, estrutura e funcionamento. Trata ainda do perfil do preso, faixa etária e crimes cometidos.

O segundo capítulo aborda basicamente as entrevistas realizadas com os presos, o dia-a-dia na prisão, a alimentação, o trabalho e as visitas. Neste capítulo, procuro mostrar como os ex-presos são vistos por representantes da comunidade tupaciguareense.

Capítulo 1

O perfil dos Presos

1.1 - A cadeia de Tupaciguara

O primeiro passo rumo ao meu objetivo foi procurar o delegado de Tupaciguara, Bel. Samuel Barreto de Souza, e conseguir autorização para entrevistar os presos da cadeia pública da cidade. Este me recebeu muito bem e se dispôs a colaborar no que fosse possível. Propôs-me, então, que eu realizasse as entrevistas numa sala, onde um policial me traria um preso de cada vez, e ali permaneceria durante as entrevistas. Porém, isto não foi possível devido ao pequeno número de policiais disponíveis. Várias vezes estive por lá e não foi possível realizar meu estudo desta forma.

Então, me foi sugerido fazer minha pesquisa coletivamente, junto às grades das celas. Seria um trabalho mais difícil, pois vários fatores dificultavam um maior aproveitamento das entrevistas: eu estaria anotando tudo de pé, do lado de fora das celas; enquanto entrevistava um, os companheiros intervinham nas respostas; o barulho dos outros presos atrapalhava o bom andamento da pesquisa e, ainda, o horário determinado para as entrevistas. O carcereiro aconselhou-me a não incomodá-los de manhã, pois alguns poderiam acordar mal-humorados, não colaborando comigo, além de não estarem vestidos adequadamente para me receber. Restou-me, então, a opção de entrevistá-los às tardes de sábado, restrita ao horário de 13 às 15 h. , pois após este horário ele recebem os kardecistas. Feito este arranjo, as entrevistas puderam se iniciar normalmente.

Nem todos os presos se dispuseram a falar. Alguns ficavam em suas camas, deitados de costas para as grades durante minha permanência ali. Porém, a maioria queria falar, muitas vezes não para me ajudar, mas para fazer suas reclamações, suas “denúncias”. Desses que “falavam”, pude contar com alguns que se mostravam bem esclarecidos, que entendiam meu objetivo ali e procuravam me ajudar com respostas claras e sem desviar muito do assunto proposto.

No início, não foi fácil ter essas conversas com eles, sentia uma certa apreensão por estar ali, talvez por nunca ter estado numa cadeia. Entretanto, após o segundo dia de entrevista, o receio havia passado.

Situada na extremidade norte da cidade, a cadeia pública de Tupaciguara é uma construção com menos de 50 anos. Segundo informações inexatas, anteriormente a cadeia funcionou em dois outros endereços. É difícil precisar a data de inauguração da atual cadeia devido à falta de documentação do prédio. Localizada à Rua José Ferreira Marques, nº 137, a delegacia de polícia de Tupaciguara, que funciona juntamente com a cadeia, não possui nenhuma documentação de propriedade do imóvel, nem data de aquisição de terrenos ou verbas para construção e reformas.

Dirigi-me, então, ao serviço de patrimônio da prefeitura da cidade, em busca de alguma documentação. Porém, pouco havia na pasta dos prédios públicos. Obtive ali apenas algumas informações: pela Lei nº 200 de 24/03/1952, o então prefeito, Dr. Antônio Hélio de Castro doou uma área de 2000 m², situada à Rua José Ferreira Marques, com denominação de Lote nº 7 da Quadra nº 63 da planta cadastral urbana da cidade, para construção da cadeia pública. Em 16/06/1972 a cadeia conta com uma área de 60,4 m² de construção. Posteriormente, em 02/05/1985 o prédio possuía uma área construída de 230,82 m².

De acordo com matrícula nº 5.270, AV-1 de 13/06/1985, o imóvel foi registrado em cartório em nome da Prefeitura Municipal de Tupaciguara. A Lei Municipal de 07/11/1985 autorizou a doação desse imóvel ao estado de Minas Gerais. Pela conferência do dia 24/06/94, o prédio da cadeia pública contava com área de 403, 4 m². Outra informação que obtive são duas placas inaugurais fixadas na porta da delegacia que informa a reforma e a ampliação da Cadeia Pública e Delegacia de Polícia de Tupaciguara, sendo uma de 26/08/1986 e outra de 01/06/1994.

Quanto ao funcionamento, a delegacia atende no horário de 8 às 12 horas e de 14 às 18 horas, sendo duas horas de intervalo para o almoço. O número de funcionários é pequeno, apenas

dez pessoas, entre secretárias, detetives, carcereiros e datilógrafos, sem contar os policiais designados para a vigilância diária dos presos. Aos sábados, funciona de 8 horas às 12 horas. Após esses horários, fica um funcionário de plantão. Um policial cuida da vigilância dos presos. Esse policial é trocado por turnos, para que haja vigilância 24 horas por dia. Nos dias de visita e banhos-de-sol, o número de policiais aumenta, para evitar fugas.

A área construída da cadeia é pequena (ver anexo 1, pág. 34). Porém, devido à pequena quantidade de detidos⁵, o espaço é satisfatório. São sete celas ao todo, sendo uma designada a menores que são detidos, uma para as mulheres e uma que fica desocupada, para alojar presos temporários, como por exemplo, bêbados. As outras quatro celas são ocupadas por homens.

Na cela feminina estão detidas duas mulheres. A cela para menores fica no fundo da cadeia, é uma construção recente, composta de duas celas grandes e mais arejadas. Nestas, há maior quantidade de camas e até armários de cimento. São as melhores da cadeia. Há ainda um dormitório para os albergados, que ficam soltos durante o dia e só vêm para passar a noite.

A cadeia contém, ainda, um pátio cimentado apenas com um varal para secar roupas e toalhas. Os presos que não têm família lavam suas roupas nas celas. Após este pátio, chega-se a uma quadra cimentada vazia, com guaritas ao alto. Ela é utilizada para os banhos-de-sol dos presos, às quintas-feiras, e também aos domingos, para a visita das famílias.

A distribuição dos presos nas celas é aleatória, sem levar em conta se já foi ou não julgado, ou o delito cometido. A cela que estiver mais vazia recebe o preso. *“Na cadeia não existe por parte da administração separação especial de presos segundo seus delitos. Num mesmo xadrez podem ser colocados presos acusados de assalto, homicídio, estelionato. Portanto, os presos que convivem uns com os outros têm graus e tipos de experiência que variam enormemente.”* (RAMALHO, 1983: 68-69). Segundo Drauzio Varella (1999: 23), na

⁵ Durante meu trabalho na cadeia de Tupaciguara, o número de presos variou bastante. Em minha primeira visita, eram ao todo 32 pessoas; porém esse número às vezes aumentava, outras vezes diminuía, sendo em minha última visita 42 presos.

Casa de Detenção de São Paulo – o Carandiru, *“o critério de distribuição não é rígido, mas obedece às regras básicas. Por exemplo, artigo 213 – estupro – normalmente é encaminhado para o pavilhão cinco; reincidentes, no oito; primários, nove; e os raríssimos universitários vão morar nas celas individuais do pavilhão quatro.”*

Geralmente, as celas são ocupadas por oito a onze pessoas, exceto a cela feminina que abriga duas mulheres – por algum tempo foram três – e a cela de menores de idade, que ficam detidos no máximo um dia, até o Conselho Tutelar da cidade tomar providências.

Segundo Ramalho, *“a superpopulação das prisões tem sido um dos mais freqüentes focos das constantes críticas que se fazem ao sistema carcerário brasileiro. Juizes, juristas, advogados, jornalistas e autoridades governamentais do setor penitenciário e judiciário, reconhecem e repetem periodicamente outras críticas às condições das cadeias e à vida dos presos, propondo reformas, medidas, soluções que raramente vão além dos planos.”* (RAMALHO, 1983: 155). No caso da cadeia de Tupaciguara, não existe o grave problema da superlotação. É notório que, nas celas antigas, há apenas cinco camas de cimento, quando estas são ocupadas por oito ou mais pessoas. Porém, há espaço suficiente para colocarem colchões no chão. Não é o ideal, mas mesmo assim, não se tornam ambientes desumanos, onde os presos não podem nem se locomover direito; pois, segundo MIOTTO (1983:11) *“em qualquer aglomeração em ambiente limitado, a inquietação e a agressividade, com reações de violência, costumam-se manifestar em relação ao espaço ideal por pessoa.”*

Todas as celas contêm um banheiro com pia, sanitário e chuveiro elétrico. Não há armários de cimentos nas celas antigas, por isso as roupas ficam estendidas em varais esticados pela cela ou dobradas em cima de uma caixa de papelão ou madeira. Em uma das celas há uma rede pendurada no teto, onde são colocadas roupas de um dos presos. A cela feminina é a mais organizada; não há tanta roupa pendurada e tem até um vaso de flores artificiais em um canto.

1.2 - Os Presos

A população carcerária tupaciguareense é formada por diferentes tipos de pessoas que cometeram crimes diversos e procuram conviver entre si da melhor maneira possível, tendo em vista o espaço limitado e as personalidades diversas. Miotto (1983) afirma que na prisão, o preso tem de se adaptar (biologicamente) à restrição de movimentos, à alimentação, aos horários de dormir e acordar, etc; tem de se ajustar (psicológica e socialmente) aos outros presos e ao pessoal do estabelecimento, ao convívio uns com os outros, e respectivas interações. *“Tudo isso exige um grande esforço físico e psíquico, ao mesmo tempo que o preso, consciente ou inconsciente, não quer se adaptar, não quer se ajustar e não quer se interar nesse ambiente e nesse convívio, e nesse sentido oferece resistências diversas.”* (MIOTTO, 1983: 10).

Para não haver desavenças, todo o funcionamento das celas é previamente combinado. Por exemplo, todas as celas têm um televisor e um rádio, pertencentes a algum preso. Os programas a serem assistidos é fixo: Jornal Hoje, Vídeo Show, novela e Sessão da Tarde (Globo). Depois, novela das seis até Jornal Nacional (Globo). Logo após, Programa do Ratinho (SBT) e depois algum filme. Se houver algum jogo de futebol à noite, decidem conjuntamente se mudam a programação. O televisor pode ficar ligado até tarde, mas em volume baixo para não incomodar os companheiros de cela. Como a luz não é desligada, a claridade do televisor não faz diferença. Conversas à noite, só em voz baixa, respeitando o sono do outro. Cada um dorme e acorda na hora que desejar; geralmente dormem até 9 ou 10 horas da manhã.

Em geral, o convívio entre eles é bom, procurando-se evitar brigas. Nunca houve um desentendimento sério que fosse necessário trocar alguém de cela. Quando começa alguma discussão, o líder da cela resolve. Cada cela tem o seu representante; o escolhido é sempre o mais velho deles, que assume seu papel com seriedade. O líder é muito respeitado, e quando algo

não vai bem ele procura resolver, evitando pedir interferência dos policiais. Quando precisam falar com o pessoal da cadeia, seja um guarda, um carcereiro ou outros, é o líder que representa os companheiros. Segundo Ramalho (1983), na casa de detenção de São Paulo, *“o termo juiz de xadrez, designa um posição ocupada por um preso, escolhido entre eles. Ele serve de contato entre os dois sistemas”* (RAMALHO, 1983: 76).

Atualmente, 12 pessoas aguardam julgamento e 30 já estão cumprindo pena. Por lei, ficam detidos na cadeia pública de Tupaciguara apenas aqueles que devem cumprir menos de três anos de pena. De quatro a sete anos de prisão são encaminhados para as colônias penais da região. Os que foram condenados acima de oito anos de detenção aguardam transferência para as penitenciárias mineiras de Unai, Ribeirão das Neves ou Contagem. Não há escolhas, o pedido de transferência é feito e assim que houver uma vaga a mudança é confirmada. Essa espera costuma levar vários meses, e o preso não é avisado de sua transferência para evitar rebeliões ou fugas. A mudança é efetuada de surpresa.

Em minha primeira conversa com os detentos, uma informação me deixou chocada: a faixa etária dos mesmos. A grande maioria tem idade entre 18 e 30 anos. Das 26 pessoas que entrevistei, apenas 5 tinham mais de 30 anos. Até o momento da minha última entrevista, não variou muito a quantidade de pessoas jovens que cometem delitos, sendo uma porcentagem de 84% dos presos menores de 30 anos. (Ver Anexo 2, pág. 35).

Com relação ao grau de escolaridade, 80% são analfabetos ou possuem o ensino fundamental incompleto. Apenas 20% têm o ensino fundamental completo ou ensino médio (antigo colegial). Nenhum entrevistado possui curso superior.

Quanto à cor, 65% são brancos e 35% negros ou pardos. Não há nenhum amarelo preso. Quando coletei estes dados, através de um questionário, um dos presos, um rapaz de cor branca disse-me ser amarelo e logo justificou que era devido à falta de sol diariamente.

Pela condição social, notoriamente 90% são pobres, considerando-se, pessoas de classe baixa, que não tinham casa própria, nem emprego fixo. Somente 10% são de classe média, com moradia e emprego de carteira assinada. Muitos cidadãos acham que apenas gente pobre e feia comete delitos. A pobreza vira sinônimo de bandidagem e a marginalidade social é confundida com a marginalidade criminosa. Dão como explicação para as origens da criminalidade “*as condições de habitação, em geral em áreas periféricas ou favelas, o baixo grau de instrução formal, a adesão às religiões ditas de origem africana e consideradas de mais forte apelo místico, a situação empregatícia com grande número de desempregados, subempregados, os empregados de ocasião e biscateiros.*” (RAMALHO, 1983: 164).

Ramalho defende ainda que muitas pessoas pensam de modo negativo a origem social dos criminosos. “*Os delinquentes são pensados como ‘naturalmente’ procedentes da classe trabalhadoras e nestas condições é difícil acreditar que a lei se exerça igualmente para todos e em nome de todos.*” (RAMALHO, 1983: 173).

O homens representam 95% dos presos; somente 5% são mulheres. Grande parte se dizem convertidos à alguma religião: 45% são católicos, 27% Kardecistas (espíritas), 20% evangélicos e 8% afirmam não serem adeptos a nenhuma religião específica.

De acordo com o instituto ILANUD, “*desde os anos 50, o crime contra o patrimônio (roubo, furto, estelionato, seqüestro, extorsão e fraude, entre outros) prevalece sobre os crimes contra a pessoa (como homicídio, infanticídio e lesão corporal).*” (ALMANAQUE ABRIL – 99:44). Em minha pesquisa, nota-se que a maioria dos crimes cometidos foram contra o patrimônio, e estes vêm aumentando a cada dia. O furto é o mais praticado, ocorrendo três a quatro vezes mais que o roubo, (ver Anexos – Anexo 3, pág. 36). “*O código penal faz a seguinte diferenciação entre roubo e furto: ‘Furto – subtrair, para si ou para outro, coisa alheia móvel’; ‘roubo – subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem, mediante emprego ou ameaça de*

emprego de violência contra a pessoa, ou depois de havê-la reduzido à impossibilidade de resistência'." (RAMALHO, 1983: 20).

Outros crimes que acontecem ainda com certa frequência são furtos e uso de drogas; tráfico de drogas; sedução de menores e ou atentado violento ao pudor. Os menos frequentes são homicídio; estelionato; roubo e receptação; maus tratos e tentativa de homicídio.

Capítulo 2

O Cotidiano das Prisões

As Entrevistas

Ao iniciar meu trabalho com os detentos, procurei mostrar-lhes a importância e a seriedade do mesmo. Esclareci não estar ali por mera curiosidade, mas sim para realizar um trabalho científico e trazer a público a realidade carcerária de Tupaciguara. Informei-lhes que não tinha nenhum parente ou amigo ali, portanto, sem envolvimento pessoal. Também avisei que anulassem qualquer expectativa com relação à possibilidade de ajuda, pois não me autorizavam entrar com qualquer objeto, como por exemplo, cigarros, comidas, bebidas, roupas e outros.

Foram várias visitas à cadeia. Na primeira delas, mostraram-se receosos mas, aos poucos, foram se soltando e fornecendo as informações solicitadas. No início, utilizei um gravador, mas esta forma não foi de grande ajuda, pois inibia os entrevistados e, posteriormente, havia dificuldades em ouvir as fitas para transcrevê-las, pois às vezes eu obtinha uma resposta de alguém no fundo da cela e o som da voz não era captado com nitidez. A partir daí, desisti do gravador e, nas demais visitas utilizei apenas papel e caneta. Desta forma, as respostas eram menos estudadas; mais naturais.

Um fato me chamou a atenção: a cadeia está mal cuidada, necessitando uma reforma e uma pintura, para encobrir a sujeira das paredes e “descascados” nas grades; porém é razoavelmente limpa. As celas são cheias de roupas e sacolas espalhadas, mas são limpas diariamente. Ao questionar quem era o responsável pela limpeza de cada cela, fui informada que o serviço era função do preso mais recente. Quando outra pessoa for presa, a função passa a ser dela com exceção da cela feminina, onde o serviço de limpeza é dividido pelas duas detentas.

Quanto ao fornecimento de material de limpeza, L. M., condenado por homicídio explica:

“Aqui é assim: geralmente é a gente que compra tudo, só de vez em quando a delegacia dá alguma coisa. O sabão, o ‘pinho’ do banheiro (desinfetante), tudo é a gente que faz uma ‘vaquinha e compra ou pede pra família trazer.”

Quanto ao material de higiene pessoal (sabonete, shampoo, creme dental, papel higiênico e outros) cada um providencia o seu. Quem não tem, fica sem usar. Ninguém ousa jogar lixo ou papéis nas áreas do pátio interno. Todo o lixo recolhido das celas é colocado num saco plástico amarrado do lado de fora das celas, que depois são recolhidos e esvaziados. Não há sobras de comida, palitos de fósforos, restos de cigarros ou qualquer outra coisa sujando a cadeia.

Neste sentido, VARELLA (1999:41) afirma que na penitenciária do estado de São Paulo, o Carandiru, tudo é muito limpo. *“As galerias são lavadas todas as tardes. As celas são muito limpas, não há pó nos móveis ou chão. Cada dia um ocupante é responsável pela faxina.”*

As roupas dos presos são lavadas pelas famílias, que, durante as visitas, levam as sujas e trazem outras limpas. Alguns presos, quando a família mora em outra cidade, lavam as próprias roupas na pia do banheiro e pedem para estenderem no varal fixado em um dos pátios.

O banho de sol é permitido ao detento somente uma vez por semana, nas quintas-feiras, de 14 até 16 horas. Quando indaguei a um dos carcereiros o motivo de não soltarem os presos diariamente para o banho de sol, a resposta obtida foi:

“Aqui não temos pessoal (policiais) suficiente para fazer a vigia. Eles (os presos) são soltos na quadra e em cada guarita tem que ficar um policial armado para vigiar e evitar fuga. Por isso, fica difícil soltar todos os dias; aí isso acontece só na 5ª feira e no domingo, nas visitas.”

Durante o banho de sol os presos aproveitam para cortarem os cabelos. Geralmente um dos companheiros de cela é responsável pelo corte. Em períodos de chuva, quando não há o

banho de sol, o corte dos cabelos é feito dentro da própria cela. A tesoura é emprestada pela cadeia e, após sua utilização, é recolhida novamente. Segundo um carcereiro, nunca houve problemas no empréstimo da tesoura para os presos, bem como os objetos para confecção dos artesanatos.

Os domingos são aguardados com ansiedade por todos os detentos, pois é neste dia que recebem a visita de parentes e amigos. Alguns presos não recebem os parentes porque estes moram em cidades vizinhas e não têm condições financeiras para se locomoverem de uma cidade a outra. Mesmo assim, estes detentos são convidados a conversarem com os familiares dos companheiros.

O dia de visitas, aos domingos, é no horário de 14 horas às 16 horas. Os presos e as visitas são encaminhados para uma quadra de cimento cercada por muros altos e grades na entrada. Três guaritas no alto são tomadas por policiais armados para fazer a segurança. Durante o período de visitas, todos devem permanecer ali. Assim como ocorre com o banho de sol, quando chove a visita é cancelada também. As pessoas podem trazer coisas materiais como comidas, roupas, calçados, cigarros e outros. Ao chegar, deixam tudo na sala de vistoria (revista) e somente após serem examinados é que são entregues aos presos.

Em comparação ao que se noticia sobre as cadeias do país, a de Tupaciguara é consideravelmente melhor, pois os presos têm um espaço melhor e, se necessitam comprar algo como por exemplo, sabonete, barbeador, cigarro ou até mesmo refrigerantes, eles passam o dinheiro e o pedido ao guarda, que encaminha a um funcionário para este telefonar e fazer o pedido. Isso ocorre com certa frequência, presenciei algumas vezes.

Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, faltam espaço e segurança nos distritos policiais do estado. *“Redes penduradas nas grades e colchões cobrindo todas as celas. Apesar disso, os 160 presos do 14º Distrito Policial não podem dormir ao mesmo tempo. É preciso revezar – não há espaços para todos. Até mesmo na latrina dormem homens, geralmente, os*

mais fracos. Nos imundos pátios, as roupas são lavadas e estendidas. Desde 1990, o número de presos sob a guarda da polícia aumentou 223% na cidade de São Paulo – de 3400 mil para 11100 mil; no estado são 33500 mil ao todo.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 7 de junho de 2000: Cidades – C).

Por enquanto, essa situação degradante ainda não é realidade na cadeia tupaciguareense. Porém, como a criminalidade vem crescendo por todo o país, não tardará muito. O Governo Federal precisa encontrar uma solução para um problema tão sério que é a carceragem no Brasil.

Um outro item analisado foi a alimentação dos presos. As refeições não são preparadas dentro da cadeia, recebem os chamados “marmitex” de um restaurante self-service da cidade. Pela manhã, recebem pão com manteiga e café; depois almoço e jantar. Segundo um dos detetives, as refeições são boas, o cardápio é variado, sendo elaborado e passado à delegacia antecipadamente todo mês. Consta em cada refeição: arroz, feijão, um tipo de carne, um molho de legumes ou uma salada. Durante os sete dias da semana não se repete nenhum prato do cardápio.

A maioria dos detentos confirmou que a comida é boa e quentinha, porém alguns ainda dizem que não, que não presta. Entretanto, durante minhas visitas pude verificar um grupo que se mostrava satisfeito com a qualidade da alimentação e outro que só queria reclamar, “denunciar”.

Os presos recebem ainda alimentação extra. Todos os sábados, um grupo de kardecistas tem autorização para fazer uma visita. Por volta de 16 horas, eles chegam à cadeia, fazem orações e seus ritos religiosos, depois servem uma sopa ou um arroz com frango e macarronada ou pão com carne e refrigerantes. Essas visitas são constantes. Aos domingos, quem visita neste mesmo horário são os evangélicos da igreja assembléia de Deus. Eles fazem seu culto e levam uma sopa ou um lanche. Já os católicos vão mais raramente fazer suas visitas; o padre não vai à cadeia semanalmente.

Os clubes sociais como Rotary, Lions e outros, de vez em quando comparecem para uma visita. Trazem comidas e até roupas e cobertores para os mais carentes. Fazendeiros e comerciantes da cidade também levam comidas, frutas e leite. Estas visitas são mais esparsas, podem levar meses para ocorrer. Conversando sobre este assunto, A. P., 36 anos, sem religião específica, afirma:

“Não é tanto pela religião que escuto eles, mas a comida que vem depois é muito boa.”

Em geral, a vinda de religiosos é vista com aprovação pelos detentos. Segundo eles, os religiosos trazem palavras de conforto nos momentos difíceis. S. G., 39 anos, evangélico convertido após a prisão, lê a bíblia todos os dias, e se diz arrependido da vida que levava antes da cadeia. Acredita que foi perdoado por Deus, e em seguida cita uma passagem da bíblia:

“E a oração da fé salvará o enfermo, e o senhor o levantará; e, se houver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados.”

(Bíblia – Tiago 5:15)

Um outro preso, J. A., 25 anos, evangélico, completa a fala do colega:

“Também leio a Bíblia, a palavra de Deus é a salvação. Não me guio mais só pelo que penso, sigo a palavra de Jesus Cristo. Se Deus permitir eu sair daqui, vou Ter uma vida diferente da que eu tinha antes. Tenho temor a Deus.”

MIOTTO (1983: 125) mostra os benefícios que a visitação dos presos pelos religiosos trazem: *“No Brasil, a visitação dos presos tem sido feita por grupos de pessoas desta ou daquela religião, que vão levar conforto moral e espiritual não só a condenados adeptos da sua própria religião, mas a todos que, tenham a crença que tiverem, queiram se achegar. Esses grupos não causam problemas nem perturbam a disciplina do estabelecimento – ao contrário, a sua influência é, de modo geral, benéfica não só para os presos visitados, mas para o próprio estabelecimento. Às vezes, às palavras de confronto, aliam-se alguma assistência material.”*

Neste sentido, pode-se notar que a presença de religiosos na cadeia de Tupaciguara só traz benefícios aos detentos, tanto espiritual como materialmente, pois além de ensinamentos cristãos, levam alimentos e, às vezes, até roupas e outros. O preso sente grande necessidade de contato com pessoas de “fora da prisão”, do mundo de que ele está apartado e sente tanta falta. Ele sente necessidade de desabafar, de queixar-se, com ou sem razão, dos seus companheiros de cela, dos funcionários, dos advogados, do governo, aliás, de tudo e de todos.

Em minhas entrevistas, sempre alguém desviava o assunto para se queixar de falta de médico, de descaso por parte das autoridades e outras. E. C., 46 anos, aguardando julgamento por roubo qualificado, demonstra ser muito esclarecido, e sabe muito bem quais são seus direitos; além de se declarar um injustiçado:

“Fui preso porque falaram que eu estava roubando, mas não me pegaram com nada, falaram que era formação de quadrilha, mas para ser formação de quadrilha tem que ter mais de quatro pessoas, e nós éramos dois. Querem que eu confirme coisas que eu não fiz, até falsidade ideológica estão me acusando. Só pude dar o telefonema – toda pessoa presa tem direito a um telefonema – e eu só pude dar esse telefonema três dias depois. Advogado, quem quiser que pague um, porque os que falam ser de graça querem mais é ‘ferrar’ o cara. Eles te trancam aqui e esquecem de você.”

Depoimentos como este são muito comuns, pois todos se dizem inocentes em algum ponto. *“Em inocência, a cadeia é farta. Ninguém é culpado. São todos vítimas de alguma armação da polícia, de um delator, do advogado sem-vergonha, do juiz, da mulher ingrata ou do azar.”* (VARELLA, 1999: 158)

Ao analisar minhas conversas com os detentos, percebi que alguns são mais informados que os outros. São poucos, porém desinibidos entendem o que estou querendo saber e respondem com precisão. É o caso de L. M., aguardando transferência para uma penitenciária, condenado

por homicídio culposo e doloso. L. M. era alegre, extrovertido, trabalhador, amigo de todos. Em uma discussão com o dono de uma boate, diz-se agredido fisicamente. Volta então para sua casa e busca um revólver. Mata o dono da boate, e uma das balas disparadas atravessa uma parede de madeira e mata uma moça, por coincidência amiga sua. Segundo a irmã de L. M., ele se sente muito arrependido pela morte da amiga, porém, da morte do rapaz ele não se arrepende, pois diz que um homem não leva um tapa na cara e fica por isso mesmo. L. M. é o mais antigo da cela que ocupa, já está preso há quase 3 anos. É respeitado pelos companheiros e ajuda a manter a cela mais organizada e a evitar desentendimento entre os detentos.

Diariamente, às 18 horas, os policiais fazem uma busca em todas as celas. Esta busca é realizada para apreensão de objetos proibidos ou drogas. Caso encontrem alguma coisa, é feito um boletim de ocorrência que é encaminhado ao juiz. Este julga o ocorrido e decide a pena, que pode variar em corte de visitas e do banho de sol, até em aumento da pena a ser cumprida. Segundo funcionários da cadeia, muito raramente é encontrado algo ilícito.

Aos presos de Tupaciguara são dados alguns privilégios que outras cadeias não costumam dar a seus presos. Um exemplo é o uso de ferramentas nas celas para confecção de trabalhos artesanais. (Ver Caderno Iconográfico, p.39) Alguns presos confeccionam barcos, cestos, brinquedos e outros, com materiais como madeira, bambu, lona, papelão, linhas e arames. Para isto, utilizam facas, martelos, pregos e cola. Estes materiais ficam todos guardados fora das celas. Pela manhã, são entregues aos artesãos, que os utilizam durante o dia e os devolvem no final da tarde. Os trabalhos são expostos para venda nos dias de visita, ou então entregues aos familiares para venda fora da prisão.

Os materiais utilizados pelos presos são todos comprados por eles ou seus familiares. Sendo assim, o dinheiro arrecadado com a venda dos artesanatos fica para os mesmos. Esta é uma forma de ganhar algum dinheiro para ajudar a família. Ramalho (1983), menciona que a Casa de Detenção de São Paulo oferece poucas oportunidades de trabalho para os presos. Por

isso, *“as atividades de cunho artesanal e industrial também existem na cadeia, embora absorvam um número pequeno de presos, em relação ao todo. Pode-se constatar uma produção de objetos de madeira, bronze, acrílico, sapatos, sacolas de papel, tapetes, posteriormente vendida, quando não para firmas, para os visitantes.”* (RAMALHO, 1983: 109)

Muitos presos reclamam a falta de trabalho na cadeia. C. F., 24 anos cita uma frase de caráter religioso: “mente ociosa é moradia do diabo”, em seguida explica:

“A pessoa fica aqui presa, sem ter o que fazer o dia inteiro, então fica pensando bobagem. E quanto mais a gente pensa em bobagem, mas a gente faz. Por isso, todo mundo devia ter o que fazer aqui o dia inteiro, porque aí o tempo passava mais rápido e não pensava besteira.”

Os detentos argumentam que as cadeias deveriam – assim como as penitenciárias – oferecer trabalho aos presos. E que o governo deveria proporcionar emprego para todos, e não somente para uma pequena minoria. Realmente, a ociosidade incita a imaginação. Leva alguns a estados depressivos e provoca, em outros, a agressividade.

Alguns autores fazem a vinculação trabalho-recuperação. Segundo Ramalho (1983), o trabalho na cadeia pode abrir para os presos maiores chances de comunicação com o exterior e acompanhar revisões de processos, apelações judiciais, petições. Pode significar uma possibilidade de sair da cadeia mais rápido. *“Os presos valorizam o trabalho no sentido de ser um meio de aliviar tensões e ‘não ver o tempo passar’, esquecer um pouco as preocupações. Enquanto está trabalhando, o preso se considera em liberdade.”* (RAMALHO, 1983: 108). Neste sentido, Varela (1999) afirma: *“ao contrário do que se imagina, a maioria prefere cumprir a pena trabalhando. (...) poderiam, também aprender um ofício e voltar para casa com*

alguma perspectiva. Soltá-los mais pobres e ignorantes do que quando entraram não ajuda a reabilitá-los.” (VARELLA, 1999: 141)

A lei estabelece que cada três dias trabalhados abatem um dia da pena a cumprir. Por isso, os poucos empregos disponíveis são muito disputados pelos presos. Porém, a cadeia de Tupaciguara não dispõe de nenhum trabalho para os presos. Sobre a questão do trabalho penal, Foucault (1997) afirma: *“o trabalho deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade.”* (FOUCAULT, 1977: 216).

Para os detentos, um dos maiores problemas é quando o indivíduo é preso e a família fica sem assistência alguma. Surge, então, a fome e a miséria. O governo não tem nenhum programa de assistência às famílias dos presidiários. Alguns estados, como São Paulo, têm serviços de assistências sociais para atender famílias carentes. Os chamados Clubes de Mães, também, procuram dar amparo ao parentes de presos. Geralmente, é a família que ajuda a sustentar o preso, levando-lhe roupas, produtos de higiene pessoal e até alimentos.

H. S., 26 anos, casado, pai de dois filhos conta que a família sofre bastante com sua ausência:

“Depois que eu fui preso, minha família me ajudou muito; sofreu muito também, por não ter o apoio do homem da casa. Minha mulher passava muita necessidade, com dois filhos para criar. Então, alguns ajudou, minha mãe ajudou bastante, minha mulher começou a trabalhar dobrado para colocar as coisas dentro de casa. Hoje, as coisas não estão tão ruim, já acostumaram sem eu pra ajudar, aí se viram como pode.”

Segundo Ramalho (1983), *“a viabilidade da recuperação se afirma pela prática do trabalho, pela manutenção ou restauração de laços familiares, pelo acesso à instrução, pela profissionalização, valores aos quais o preso adere, por ‘esforço’ pessoal, voluntariamente.”* (RAMALHO, 1983: 112)

Ainda segundo Ramalho (1983), “o preso sai da prisão sem nenhum tipo de assistência social para encaminhá-lo. A questão de falta de trabalho torna-se um problema maior quando o preso ganha liberdade. *“Um dos problemas centrais de quem sai da prisão, segundo os presos, é encontrar trabalho. Qualquer emprego exige atestado de bons antecedentes, e a marca da passagem pela cadeia vai significar que pertenceram ao mundo do crime, argumento suficiente para que o empregador escolha outra pessoa.”* (RAMALHO: 1983: 117)

Os próprios presos têm consciência que, ao saírem da prisão, não encontrarão facilmente um trabalho. E admitem ser esta a maior razão de acabarem voltando à prisão. Como disse L. A., 21 anos:

“Se não for parente, ninguém dá serviço.”

Miotto (1983) trabalha muito a questão do preconceito da sociedade para com os ex-presos: *“Quando o condenado transpõe os portões da prisão, o que se nota é que, contraditoriamente, a comunidade o repele, desconfia dele, nega-lhe trabalho, rejeita-o.* (MIOTTO, 1983: 155). A comunidade não preparada ou mal informada, receará a presença do preso no seu seio, e se manifestará não receptiva e até hostil, rejeitando. Não é que a comunidade deva aprovar os delitos cometidos pelos ex-presos, entretanto, ela deve lembrar-se que os condenados continuam sendo seres humanos, com defeitos e qualidades, com necessidades, como qualquer pessoa, e, sendo assim, merece uma chance de se mostrarem recuperados. Não só a sociedade, também alguns familiares hostilizam e repudiam o preso do seu convívio. *“É uma triste verdade que os egressos de prisão que não tenham condições de trabalhar por conta própria, sentem dificuldade em encontrar trabalho. Isso acontece porque a comunidade, os seus empregadores e patrões, não confiam nos egressos.”* (MIOTTO, 1983: 126)

Se a sociedade não mudar de atitude, todo o esforço de reforma dos serviços penitenciários serão em vão, pois, por mais que o preso tenha se emendado, que tenha resolvido se redimir, a reincidência é quase fatal.

Através de entrevistas realizadas com a comunidade tupaciguareense, constatou-se que a grande maioria repele ex-presidiários. Foram ouvidas pessoas diversas, entre donas-de-casa, comerciantes, empresários e vendedores autônomos. No total, foram ouvidas quinze pessoas, sendo duas donas-de-casa, onze comerciantes de diversos ramos, um empresário e um vendedor autônomo. Um fato interessante foi que antes de aceitar participar da entrevista, todos questionaram se seriam identificados. Somente após confirmar que não seriam citados nomes é que concordaram em responder minhas questões.

As perguntas básicas foram:

- 1 – Você empregaria um(a) ex-presidiário(a)? Por quê?
- 2 – E se fosse um parente, alguém de sua família?
- 3 – Você acha que há uma associação entre crime e pobreza? O criminoso é pobre, desempregado, analfabeto e mora num barraco?
- 4 – Você acha que após cumprir a pena imposta pela lei o preso sai da cadeia recuperado? Ou é irrecuperável?

Das quinze pessoas entrevistadas, somente uma disse que talvez empregaria alguém que já esteve preso; porém, dependeria do crime cometido. Se fosse furto ou roubo não, pois trabalha com loja, e não queria correr o risco de ser roubado também. As outras catorze pessoas foram categóricas e disseram que não, por motivos diversos, muitos carregados de preconceito.

Com esta primeira pergunta, pude notar que a sociedade rejeita e desconfia de pessoas que passaram pela cadeia. Já na segunda pergunta, em que sugiro se a atitude seria a mesma com alguém da família, muitos mudaram um pouco o pensamento, dizendo inclusive que dependeria do crime cometido e o motivo, mas que possivelmente empregariam algum parente nesta

situação. Porém, cinco pessoas continuaram afirmando que não empregariam. Um comentário interessante de um comerciante foi:

“Eu não daria emprego para um bandido de jeito nenhum, nem que fosse parente.

Parente é até pior, porque não tem medo de roubar a gente. Como se diz: ‘tem gente que não é parente, é acidente’.”

Os entrevistados responderam que a maioria dos criminosos são pobres, mas que pobreza não é motivo para cometer crimes. Também disseram que somente os pobres vão presos, os ricos sempre dão um jeitinho, por isso só se vê preso pobre.

A última pergunta foi respondida quase que unanimemente: quem rouba ou mata uma vez, pode fazer isso várias vezes; se teve coragem uma vez, vai ter outras. Quase todos os entrevistados não acreditam em recuperação de presos, ao contrário, afirmaram que eles saem da cadeia piores do que quando entraram. Um outro comerciante completou:

“Os presos são um bando de vagabundos comendo às nossas custas. Comem bem, podem dormir o dia inteiro. Têm uma vida melhor que a nossa, que trabalha de sol-a-sol. Esse povo tinha que trabalhar, e trabalhar pesado pra pagar as próprias despesas. Por isso é que quando saem de lá, dão um jeitinho de ser preso de novo. É tudo um bando de malandros.”

Através da resposta deste comerciante, senti sua revolta para com os presos. Ele se mostrou indignado com o modo de vida dos presos. Lembrou-se, ainda, de comentar que tem tanta gente boa por aí passando fome, comendo só arroz, enquanto os presos comem carne e comida boa, pagas pela sociedade.

Levando-se em conta as respostas desse fragmento da sociedade que pude entrevistar, temos a confirmação que ex-presidiários são muito discriminados. Poucos acreditam que eles saiam da cadeia recuperados.

Considerações Finais

Considerações Finais

Quando me propus a desenvolver esta pesquisa, decidi procurar entender como era o ambiente carcerário em Tupaciguara, o dia-a-dia dos presos e como a comunidade encara o problema do ex-preso devolvido à sociedade. O saldo do meu trabalho foi a confirmação da necessidade de mudança urgente no modo de cumprir penas. Não basta fechar o indivíduo, trancá-lo numa cela esquecendo-o ali, sem oferecer instrução e trabalho. O trabalho seria uma das melhores formas de corrigir o infrator, pois, como eles afirmam, enquanto estão trabalhando, além de estarem aprendendo novos ofícios, estão se mantendo ocupados, não tendo tempo para “pensamentos ruins”. Porém, não basta fornecer trabalho à uma pequena parcela de presos, é necessário que todos tenham uma ocupação. Se o governo procurasse uma forma de colocar todos os presos trabalhando já seria uma grande mudança positiva.

A oportunidade de estudo poderia ser outra forma de recuperação, sendo que o indivíduo poderia adquirir mais conhecimento dentro da prisão e utilizá-los ao ganhar a liberdade. Trabalhando e estudando, o detento ocuparia todo o seu tempo dentro da prisão, e teria mais chances de reintegração à sociedade. Talvez assim, a sociedade não discriminasse tanto as pessoas que já passaram pela prisão, independentemente dos crimes cometidos, e procurasse novas propostas para que as cadeias e penitenciárias não fossem um verdadeiro depósito de pessoas. Um dinheiro público mal investido que não traz o retorno desejado.

Seria a prisão a melhor forma de punir e reeducar o criminoso? A prisão recupera o indivíduo? Segundo Foucault (1977), *“a prisão é um duplo erro econômico: diretamente pelo custo intrínseco de sua organização e indiretamente pelo custo da delinquência que ela não reprime.”* (FOUCAULT, 1977: 237)

O governo está formulando o novo Código Penal, procurando novas propostas para resolver o problema penitenciário brasileiro. *“o anteprojeto do novo Código, (...) determina a*

fixação de uma lotação máxima para cada presídio. A partir daí, se o estabelecimento estiver lotado, sempre que um novo condenado entrar, outro terá de sair.” (FOLHA DE SÃO PAULO, COTIDIANO – 8 de junho de 2000) Este seria o chamado “rodízio” de presos. Esta regra, segundo especialistas, serviria como incentivo para que se abram mais vagas nos presídios.

Para o governo, esta pode ser uma forma de melhorar o sistema carcerário brasileiro, que se encontra numa situação caótica. Porém, talvez não seja a solução ideal para resolver o problema das prisões. Segundo Foucault (1977), *“conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E entretanto não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão.”* (FOUCAULT 1977: 208)

Enquanto não surge uma solução melhor para a punição de delitos, a sociedade precisa encarar o problema e procurar soluções que não sejam apenas a construção de novas cadeias.

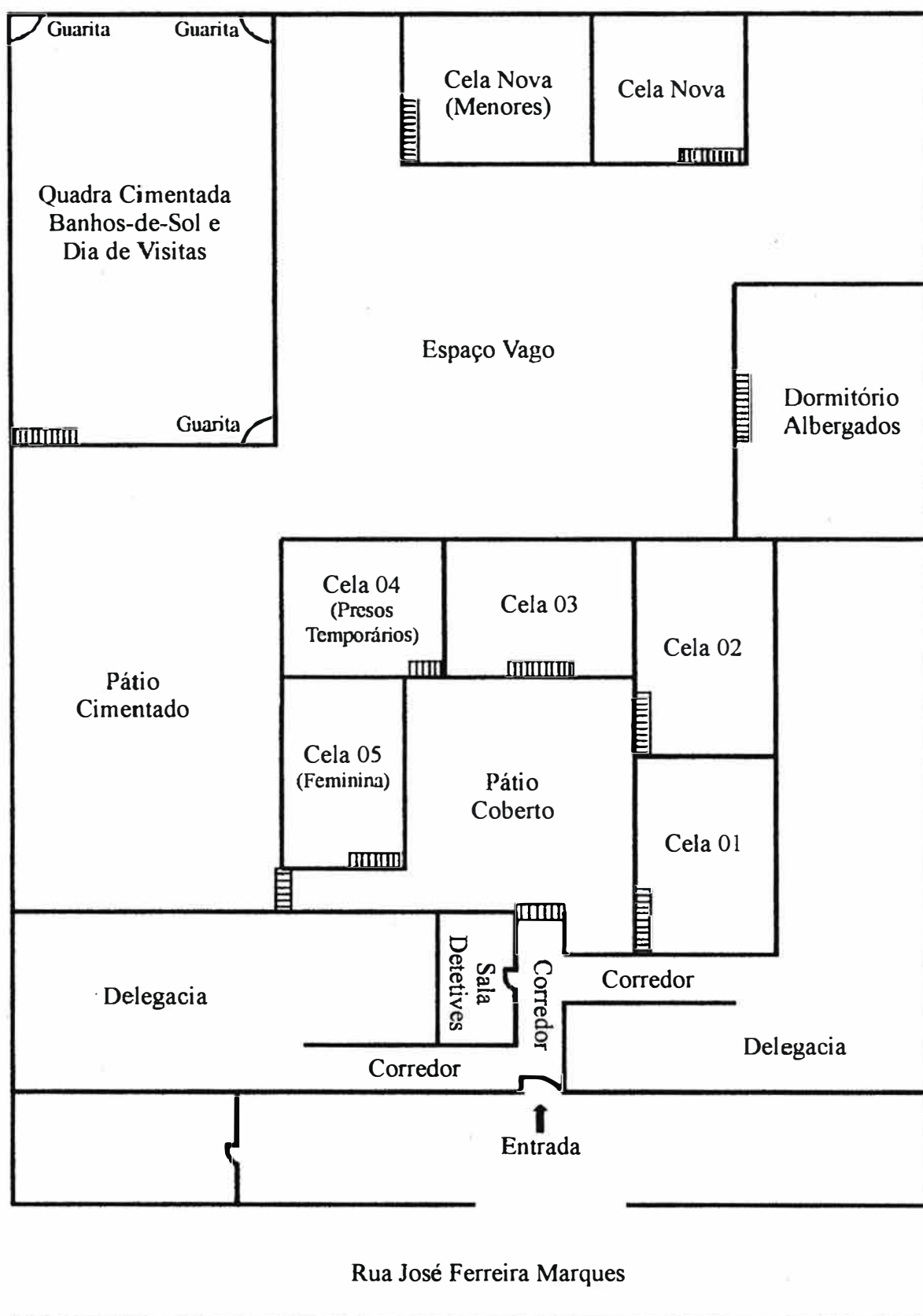
Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas:

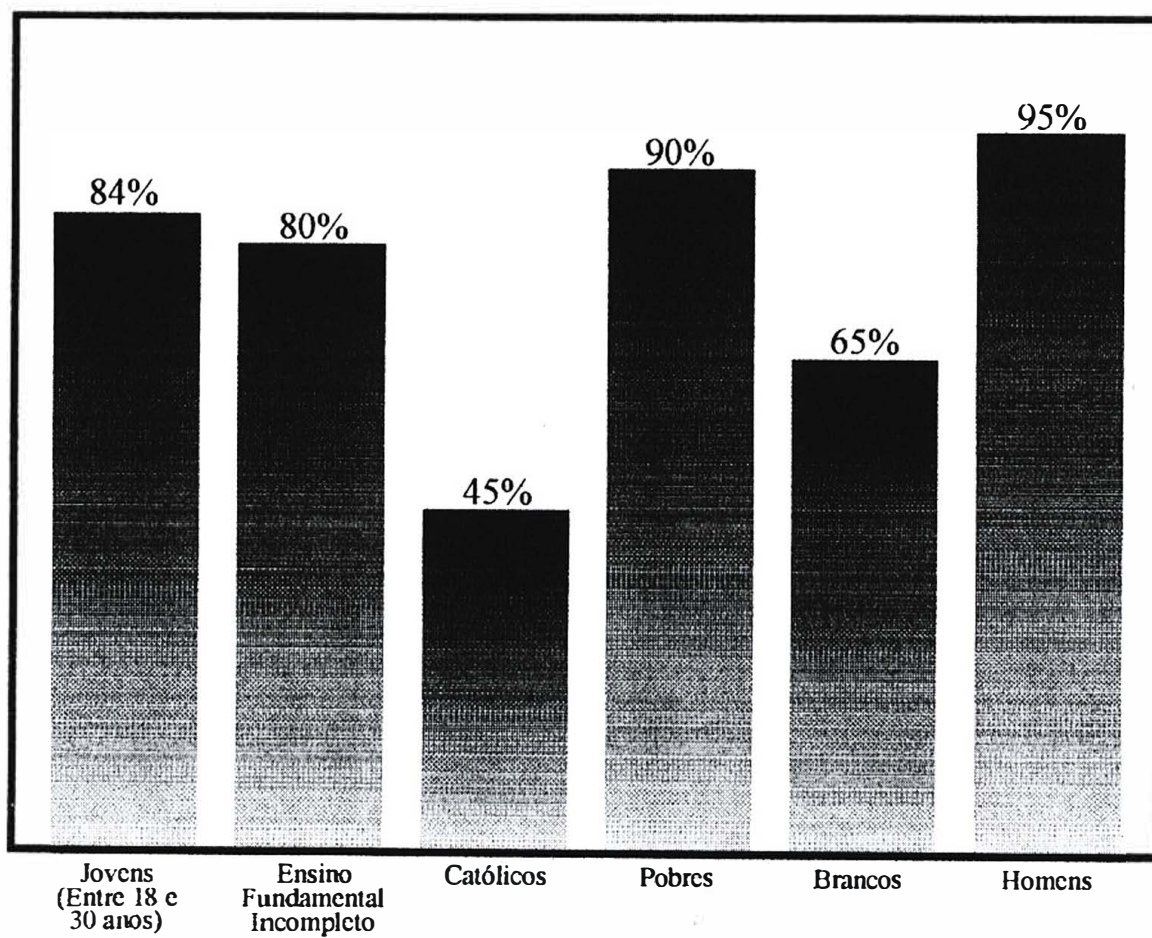
- ALMANAQUE ABRIL, 1999. São Paulo: Editora Abril, 1999.
- DOTTI, Rene Ariel. *Bases e Alternativas para o Sistema de Penas*. São Paulo: Saraiva, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: A História da violência nas prisões*. Trad. Lígia M. P. Vassalo. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- MELHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *Reintroduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: USP, Xamã, 1996.
- MIOTTO, Arminda Bergamini. *A violência nas prisões*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983.
- PIMENTEL, Manoel Pedro. *Prisões Fechadas, Prisões Abertas*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do Crime: A ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª Edição, 1983.
- SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999.
- SOUZA, Percival de. *A prisão*. São Paulo, Editora Alfa-Omega Ltda, 1983.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Trad. Lolio Lourenço de Oliveira. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Anexos

ANEXO 01



ANEXO 02

PERFIL DO PRESO TUPACIGUARENSE

ANEXO 03

DISTRIBUIÇÃO DOS PRESOS, SEGUNDO OS CRIMES COMETIDOS

DELITO	PERCENTUAL RELATIVO À 1ª VISITA*	PERCENTUAL RELATIVO À ÚLTIMA VISITA**
Furto	47%	48%
Roubo	12%	15%
Furto e Uso de Drogas	10%	8%
Tráfico de Drogas	10%	10%
Sedução de Menores e/ou Atentado violento ao Pudor	9%	9%
Homicídio	3%	2%
Estelionato	3%	2%
Roubo e Receptação	3%	2%
Maus Tratos	3%	2%
Tentativa de Homicídio	—	2%
TOTAL	100%	100%

* Na primeira visita constam 32 presos.

** Na última visita constam 42 presos.

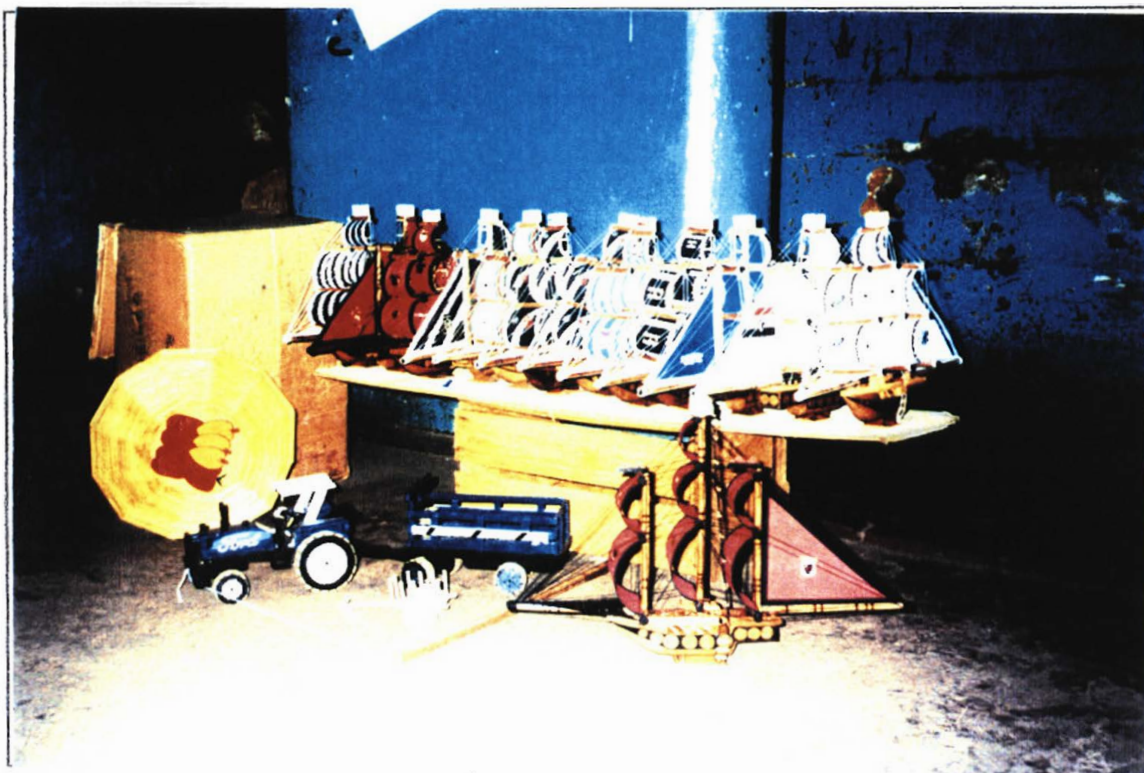
Caderno Iconográfico



Vista Geral da Delegacia de Polícia de Tupaciguara - MG



Entrada da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública de Tupaciguara - MG



Exposição dos Artesanatos dos presos



Visão do interior da cela 1



Vista Parcial da Parede do Banheiro da cela 2



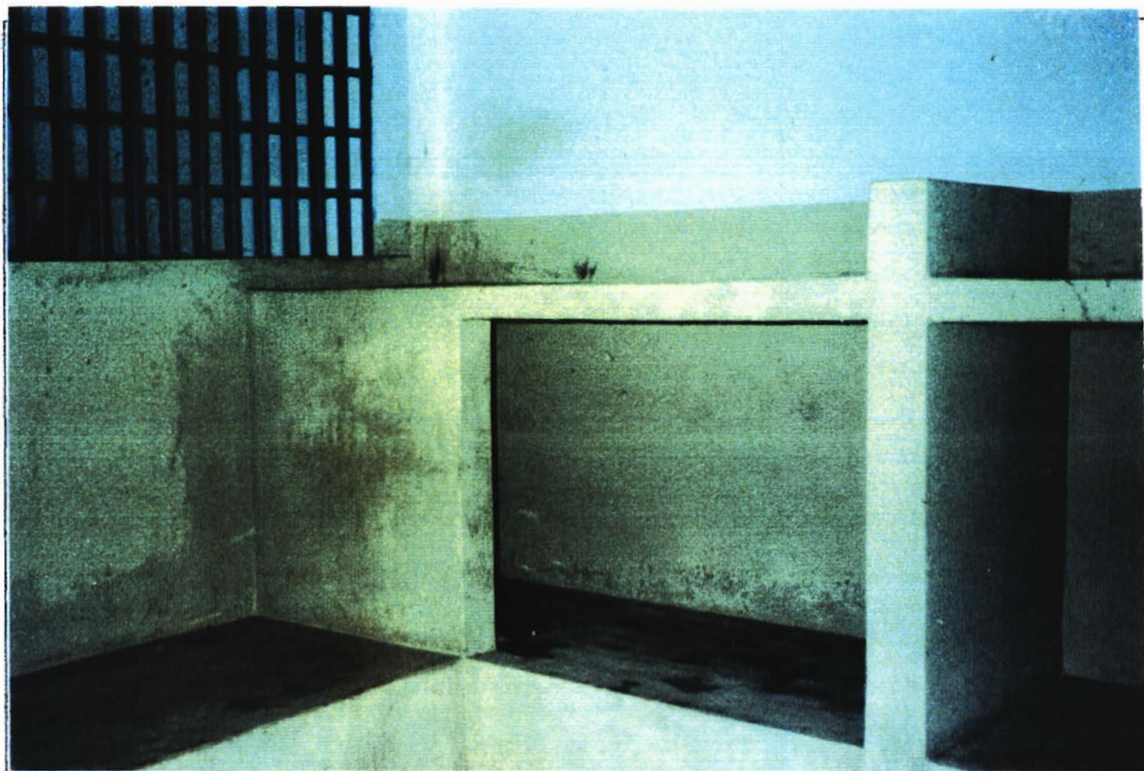
Quadra de cimento para o banho de sol e visitas aos domingos.
Guaritas ao alto



Pátio cimentado com varal para secagem de roupas.



Visão da cela 5 – Cela Feminina



Cela de Menores
Visão das camas de cimento (Desocupada no dia das fotos)



Banheiro da cela de menores. Visão da pia e do vaso sanitário.
As paredes do banheiro não foram pintadas.